

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis e Financeiras consolidadas, levantadas em 31 de dezembro de 2019, contendo o Parecer favorável do Conselho Fiscal da Entidade e dos Auditores Independentes.

Durante o exercício de 2019, a Entidade aumentou no número de atendimentos principalmente nos atendimentos ambulatoriais, principalmente pela verticalização do Serviço de Nefrologia.

ATENDIMENTO	2019	2018	Variação
AMBULATÓRIO	106.937	79.275	34,90%
EXTERNO	74.715	83.550	(10,57%)
INTERNAÇÃO	20.511	21.481	(4,52%)
URGÊNCIA	84.782	79.987	5,99%
TOTAL	286.945	264.293	8,57%

O faturamento em 2.019 foi 1,73% superior ao de 2.018, porém o aumento nas despesas/custo na ordem de 8,019% o que gerou um déficit de R\$ 17.155.981,80.

	2019	2018	%
RECEITA	140.030.319,99	137.649.984,65	1,73
	-	-	
DESPESA	157.186.301,79	145.530.842,63	8,01
	-	-	
DÉFICIT	17.155.981,80	7.880.857,98	117,69

As despesas financeiras subiram 38,70% em relação à 2.018 o que contribuiu significativamente para o déficit do hospital.

Para os Convênios da Saúde Suplementar, os atendimentos e faturamento tivemos uma queda de 4,52% em relação ao ano de 2018, e para atendimentos particulares um pequeno aumento na ordem de 5,19%.

Em dezembro de 2.019 foi assinado um novo contrato com a Unimed São Carlos buscando fortalecimento da parceira e aumento de receita.

Os importantes Convênios com o Governo do Estado que são o PROSANTACASA E SUSTENTÁVEIS foram corrigidos monetariamente e com vigência para 4 anos.

O trabalho iniciado em 2.017 de aproximação com Deputados Federais e Vereadores surtiu resultado e várias emendas foram direcionadas para a Santa Casa em 2.019: (atualizar)

Tipo	Valor
(Governo Federal)	R\$ 6.206.787,00
(Governo Estadual)	R\$ 400.000,00
(Governo Municipal)	R\$ 200.000,00
Total	R\$ 6.806.787,00

Esses valores foram conquistados em 2.019 e serão realizados em 2.020.

Em 2.019 foi realizado R\$ 837.988,14 de verbas oriundas da Câmara Municipal.

Os principais investimentos oriundos dos recursos de emendas foram destinados aos setores de Centro Cirúrgico destacando-se a compra de equipamentos para montagem de sala integrada, troca de mesas cirúrgicas, compra de endoscópio rígido, perfuradores ósseos, maternidade com a compra de incubadora de transporte, e para recém-nascido, cardiográfico, bera triagem, bilirrubinometro, e para a realização de exames Ultrassons cardiológicos com e sem sonda transesofágica e no serviço de Nefrologia com a aquisição de moderno sistema de tratamento de água.

Também firmamos parceria com o Rotary Club (Brasil e Internacional) que gerou investimentos na ordem de R\$ 250.000,00 para a Maternidade e R\$ 180.000,00 para UTI Coronariana que se realizou em 2.019/2.020.

É necessário ressaltar a importância do recebimento desses recursos de investimentos para a Santa Casa, bem como o estreitamento do relacionamento e confiança com Órgãos Públicos e Associações da importância do Rotary Club.

Fato importante que se iniciou em 2.018 é o processo de “verticalização” dos serviços terceirizados e que foram assumidos pela Santa Casa mudando o modelo de parceria. Em 2.019 a Santa Casa assumiu de Nefrologia com atendimento altamente qualificado.

Durante o ano de 2019, a Entidade deu continuidade aos serviços de referência em Alta Complexidade (Gestão de Alto Risco Nível III, U.T.I. Nível II, Neurocirurgia Nível II, U.T.I. Neonatal, Infantil Nível II, Nefrologia, Cardiologia, Radiologia, Ortopedia, Rede RUE, Rede Cegonha e outros serviços como Cirurgias Ambulatoriais e atendimentos de Urgência e Emergência e UNACON.

O número total de empregados no término dos exercícios de 2.019 e 2.018 era de 1.237 e 1.207, respectivamente.

Para o exercício de 2020, a Mesa Administrativa optou em fazer mudanças na estrutura administrativa organizacional objetivando aumentar a probabilidade de sucesso dos projetos e ações serão necessárias para alavancarmos receita, bem como reduzir despesas/custo para obtermos equilíbrio financeiro, base para todas as melhorias necessárias na Santa Casa.

Projetos prioritários que terão continuidade:

- Ampliação / Fortalecimento da Média e Alta Complexidade Hospitalar Regional;

- Dar continuidade ao projeto de inclusão como Hospital Escola, com o sexto ano de residência médica, bem como a criação de atendimento ambulatorial para atendimento as exigências do MEC;

- Readequação e Modernização da Hotelaria SUS;

- Readequação e Modernização da Maternidade;

- Disponibilização do Serviço de Medicina Nuclear;

Outros:

Renovar contratualização com o Município para prestação de serviços ao SUS.

Criação do IPE (Instituto de Pesquisa e Ensino)

Sustentabilidade financeira através do contínuo processo de melhorias;

A fonte de recursos financeiros para o atendimento e alcance de todos os objetivos propostos deverão ser oriundos do Projeto Santas Casas Sustentáveis, PRO SANTA CASA, Recursos Próprios da Entidade pela Prestação de Serviços Hospitalares SUS e Saúde Suplementar, Projetos junto a Órgãos/Entidade Públicos, doações e parcerias junto a Iniciativa Privada.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Subvenções Governamentais		13.200.140	13.539.467
Contribuições e doações de terceiros		1.909.092	1.577.919
Convênios de saúde privados		42.587.736	44.603.389
Receitas particulares		4.644.895	4.415.675
Sistema Único de Saúde		71.649.980	63.409.585
Outras receitas operacionais	20	9.396.293	10.425.640
Glosas de convênios		(3.765.970)	(321.690)
		<u>139.622.166</u>	<u>137.649.985</u>
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	22	(47.819.123)	(46.497.193)
Honorários e Serviços Médicos	21	(50.033.718)	(50.356.763)
Materiais e Medicamentos	21	(28.499.885)	(24.432.041)
Depreciações e Amortizações		(3.349.688)	(3.842.193)
Outros custos gerais e administrativos	23	(14.489.286)	(10.160.955)
Provisões		(632.390)	(2.463.300)
Resultado operacional		<u>(144.824.089)</u>	<u>(137.752.445)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		<u>(5.201.923)</u>	<u>(102.461)</u>
Resultado financeiro líquido	24	<u>(11.954.059)</u>	<u>(7.778.397)</u>
Benefício Fiscal Usufruído		15.293.090	14.134.489
(-) Benefício Fiscal Usufruído		(15.293.090)	(14.134.489)
Déficit do exercício		<u>(17.155.982)</u>	<u>(7.880.858)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de doações	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2018	7.350.137	266.985	45.712.664	(6.459.206)	46.870.580
Transferência para Patrimônio social	(6.459.206)	-	-	6.459.206	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	742.818	-	(742.818)	-	-
Doações	266.985	(266.985)	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(7.880.858)	(7.880.858)
Em 31 de dezembro de 2018	1.900.734	-	44.969.846	(7.880.858)	38.989.722
Transferência para Patrimônio social	(7.138.040)	-	-	7.880.857	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	742.817	-	(742.817)	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(17.155.982)	(17.155.982)
Em 31 de dezembro de 2019	(5.237.306)	-	44.227.028	(17.155.982)	21.833.740

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2.019</u>	<u>2.018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(17.155.982)	(7.880.858)
Ajustes ao resultado do exercício		
Depreciação e amortização	3.436.283	3.842.193
Saldo residual da baixa de bens / Transferências	1.702.274	144.726
Provisões	1.141.105	475.200
Provisões de juros s/Empréstimos	324.230	-
(Aumento) diminuição nos ativos e passivos operacionais		
Contas a Receber - Serviços de Saúde	(1.057.426)	(5.694.455)
Subvenções a Receber	12.196.905	14.110.023
Estoques	(449.959)	68.197
Adiantamentos	200.672	122.074
Outros Créditos	417.061	704.226
Fornecedores	440.578	(1.991.386)
Prestadores de Serviços Médicos	(2.559.777)	9.856.389
Obrigações com Pessoal	935.119	2.218.141
Obrigações Tributárias	(7.679)	(348.460)
Subvenções a Realizar	(11.949.149)	(13.476.406)
Outras Obrigações	1.325.168	(4.072.117)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(11.060.577)</u>	<u>(1.922.513)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e Intangível	(4.212.838)	(1.557.590)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(4.212.838)</u>	<u>(1.557.590)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos/Financiamentos – captação	55.000.000	399.000
Empréstimos/Financiamentos – Pagamentos	(42.716.170)	(884.816)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	<u>12.283.830</u>	<u>(485.816)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.989.585)</u>	<u>(3.965.917)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.767.398	13.733.315
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.777.813	9.767.398
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.989.585)</u>	<u>(3.965.917)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos é uma entidade civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, isenta de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem por objeto principal prestar assistência na área de saúde humana, principalmente médico-hospitalar. Sua Estrutura Física é formada por 30.585,21 m², (área total do terreno), e sua área construída corresponde a 26.827,88 m², está localizada à Rua Paulino Botelho de Abreu Sampaio, 573, Bairro Centro, cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Irmandade excedeu o ativo circulante em R\$ 3.122.375. Adicionalmente, no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía débitos com fornecedores e prestadores de serviços em atraso. Para fazer frente a este cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positiva compreendem as seguintes ações que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Irmandade no futuro:

- Renegociações com fornecedores e bancos;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Elaboração de *budget* para o ano de 2020.

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Irmandade utiliza-se de recursos provenientes da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Incentivo a Contratualização, INTEGRASUS, Plantões Disponibilidade, programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, programa Rede Cegonha, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria no ticket médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Irmandade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 13 de março de 2020 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.


(b) Demonstrações dos resultados abrangentes

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2019 e 2018.

(c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e
- propriedades para investimentos mensuradas pelo valor justo.



Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

(e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Contas a receber

Referem-se a valores de curto e longo prazo sobre atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

3.3 Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e de almoxarifados. A provisão para perdas e obsolescência, quando aplicável, é constituída para itens de estoque sem expectativa de movimentação para cobrir prováveis perdas na sua realização.

3.4 Imobilizado

Terrenos, Edificações, Máquinas aparelhos e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios e Imobilização em andamento, estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado (quando e se aplicável). O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Edifícios	2% a 6,7%
Benfeitorias e urbanizações	4%
Bens móveis hospitalares	10%
Veículos	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado.

3.5 Intangível

O ativo intangível compreende os gastos com sistemas de informática (software) reconhecidos pelo custo de aquisição.

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.7 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

3.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11 Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido.

3.12 Receita operacional

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência do exercício e são provenientes da prestação de serviços médico hospitalares a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Particulares. Outra fonte de receitas são as Doações recebidas por pessoas físicas e jurídicas, e de doações recebidas a título de Subvenção dos órgãos governamentais.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem:

- receitas de juros sobre aplicações financeiras;
- despesa com taxas administrativas de gestão de terceiros;
- receita com redução de juros e multas sobre parcelamentos tributários.
- descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- a receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente:

- despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos;
- custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos;
- despesa de juros e atualizações de impostos e contribuições, parcelados e não parcelados junto aos órgãos fiscais;

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.14 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

- Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.
- Subvenção para investimento: refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	10.343	44.280
Bancos conta movimento	2.700.523	1.694.713
Aplicações de liquidez imediata	<u>4.066.947</u>	<u>8.028.405</u>
	<u>6.777.813</u>	<u>9.767.398</u>

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

SANTA CASA SÃO CARLOS



Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Créditos a receber

	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sistema Único de Saúde	9.337.763	-	9.337.763	6.636.278	-	6.636.278
Convênios Médicos e atendimentos particulares	7.339.627	-	7.339.627	7.398.910	-	7.498.910
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(2.422.076)	-	(2.422.076)	(2.031.247)	-	(2.031.247)
Serviço Nefrologia São Carlos	-	-	-	-	27.504	27.504
Diferença Plantão Disponibilidade (i)	-	5.324.158	5.324.158	-	5.608.108	5.608.108
Prefeitura Municipal de São Carlos (i)	-	5.982.407	5.982.407	-	7.053.667	7.053.667
Extra Teto Sia/AIH Alta e Média (i)	-	975.572	975.572	-	786.805	786.805
Sus - Mutirão (i)	-	1.005.212	1.005.212	-	1.005.212	1.005.212
Ajuste Monetário (i)	-	7.199.046	7.199.046	-	7.199.046	7.199.046
	14.255.314	20.486.395	34.741.709	12.003.941	21.680.342	33.784.283

(i) As contas a receber de longo prazo, com a Prefeitura Municipal de São Carlos. De acordo com o processo n. 0016835-68.2010.8.26.0566, a Santa Casa aciona a PMSC para recebimento de valores produzidos e não pagos, bem como de honorários médicos de responsabilidade da mesma.

(ii) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Estoques

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Drogas e medicamentos	550.643	439.615
Materiais hospitalares (i)	950.153	656.641
Almoxarifado (ii)	163.744	124.083
Gêneros alimentícios	65.712	59.954
	<u>1.730.252</u>	<u>1.280.293</u>

(i) Trata-se materiais hospitalares, radiologia, laboratório, hemodinâmica e OPME.

(ii) Trata-se de materiais de manutenção, segurança, limpeza, administrativo e auxiliar.

7 Adiantamentos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a empregados	248.665	342.735
Adiantamentos fornecedores	93.613	104.189
Adiantamentos diversos (i)	1.624.676	1.720.702
	<u>1.966.954</u>	<u>2.167.626</u>

(i) Trata-se substancialmente de adiantamentos realizados para prestadores de serviços de imagem, que serão descontados na produção do mês.

8 Outros Créditos a Receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguéis a receber	707.192	1.188.573
Serviços médicos a receber	792.647	725.530
Outros créditos	10.421	660
Cheques a receber	76.917	78.224
Bloqueio judicial em conta corrente	-	24.098
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(1.102.338)</u>	<u>(1.094.506)</u>
	<u>484.839</u>	<u>922.579</u>

(i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Subvenções Governamentais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subvenção Estadual - convênio nº 329/2016	993.584	993.584
Subvenção Estadual - convênio nº 305/2016	630.000	630.000
Subvenção Estadual Pró -Sta. Casa convenio nº. 564/2016	119.700	1.556.100
Subvenção Estadual - convênio nº 620/2016	-	10.760.505
	<u>1.743.284</u>	<u>13.940.189</u>

Valores a receber da Secretaria de Estado da Saúde referente a convênios assinados no programa Santas Casas Sustentáveis e Pró Santas Casas, destinados ao custeio onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos e aplicados, em atendimento a Instrução Normativa 001/2008, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

SANTA CASA SÃO CARLOS

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

a. Movimentação do custo histórico e atribuído e depreciações acumuladas

	2017	Aquisições/ adições	Baixas	2018	Aquisições/ adições	Baixas	2019	Transfêrencias	2019
Custo histórico e AAP									
Terrenos	28.810.639	-	-	28.810.639	-	-	28.810.639	-	28.810.639
Edifícios	42.290.054	576.354	(211.558)	42.654.850	660.837	-	43.497.852	182.165	43.497.852
Benefeitorias e urbanizações	21.130	-	-	21.130	-	-	21.130	-	21.130
Bens móveis hospitalares	21.641.938	497.344	(495.272)	21.644.010	1.345.935	(815.944)	22.356.083	182.082	22.356.083
Veículos	63.658	91.140	(23.596)	131.202	154.770	(67.544)	218.428	-	218.428
Imobilização em curso	651.574	360.894	(561.501)	450.967	383.347	(21.751)	448.316	(364.247)	448.316
	93.478.993	1.525.732	(1.291.927)	93.712.798	2.544.889	(905.239)	95.352.448	-	95.352.448
(-) Depreciação acumulada									
(-) Edifícios	(6.486.970)	(1.128.753)	-	(7.615.723)	(1.260.365)	-	(8.876.088)	-	(8.876.088)
(-) Benefeitorias e urbanizações	(2.157)	(845)	-	(3.002)	(845)	-	(3.847)	-	(3.847)
(-) Bens móveis hospitalares	(11.424.377)	(1.368.417)	-	(12.792.794)	(1.734.785)	544.719	(13.982.860)	-	(13.982.860)
(-) Veículos	(44.079)	(3.886)	-	(47.965)	(16.633)	-	(64.598)	-	(64.598)
	(17.957.583)	(2.501.901)	-	(20.459.484)	(3.012.628)	544.719	(22.927.393)	-	(22.927.393)
	75.521.410	(976.169)	(1.291.927)	73.253.314	(467.739)	(360.520)	72.425.055	-	72.425.055

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação bens adquiridos através de subvenções governamentais

	Aquisições/		Baixas	2018	Aquisições/		2019
	2017	adições			adições/	Transferências	
Custo histórico e custo atribuído							
Edifícios	-	448.389	(422.590)	25.799	57.645	(33.910)	49.534
Bens móveis hospitalares	-	2.708.930	(2.378.259)	330.671	1.567.843	(1.307.844)	590.670
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
	-	3.157.319	(2.800.849)	356.470	1.625.488	(1.341.754)	640.204
(-) Depreciação acumulada							
(-) Edifícios	-	(19.610)	-	(19.610)	(23.736)	-	(43.346)
(-) Bens móveis hospitalares	-	(336.860)	-	(336.860)	(253.828)	-	(590.688)
(-) Veículos	-	-	-	-	-	-	-
	-	(356.470)	-	(356.470)	(277.564)	-	(634.034)
	-	2.800.849	(2.800.849)	-	1.347.924	(1.341.754)	6.170
				73.253.313			72.431.225

A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-PME (R1) – Seção 24, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, podendo este ser nulo.

Em exercício anterior, foi acrescido ao imobilizado o custo atribuído – deemed cost – para os bens das contas de terrenos e edificações, com base em laudo de peritos independentes. A Administração não identificou perdas de redução ao valor recuperável.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

a) Composição do saldo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais consumo	3.709.422	3.178.242
Fornecedores serviços	315.322	405.924
	<u>4.024.744</u>	<u>3.584.166</u>

b) Demonstração da idade dos saldos por vencimento

Prazo de vencimento	<u>2019</u>	
	Fornecedores	
A vencer		
Até 30 dias		2.241.781
De 31 a 60 dias		504.505
De 61 a 90 dias		69.755
De 91 a 120 dias		21.409
De 121 a 150 dias		6.982
De 151 a 180 dias		6.983
Mais de 180 dias		11.846
Vencidos		
Até 30 dias	(i)	1.161.483
		<u>4.024.744</u>

(i) O saldo vencido encontra-se em negociação com fornecedores, conforme nota explicativa 1.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Prestadores de serviços médicos

a Composição do saldo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Repasso de honorários médicos (i)	2.408.712	5.851.511
Plantões médicos a pagar	2.256.596	2.088.850
Outros serviços médicos	723.860	926.996
	<u>5.389.168</u>	<u>8.867.357</u>

b Demonstração da idade dos saldos por vencimento

<u>Prazo de vencimento</u>	<u>2019</u> <u>Honorários médicos</u>
A vencer	
Até 30 dias	2.986.664
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	-
De 91 a 120 dias	-
De 121 a 150 dias	-
De 151 a 180 dias	-
Mais de 180 dias	-
Vencidos	
Acima de 180 (i)	385.014
De 151 até 180 dias (i)	12.617
De 121 até 150 dias (i)	5.474
De 91 até 120 dias (i)	27.853
De 61 até 90 dias (i)	159.053
De 31 até 60 dias (i)	174.124
De 1 até 30 dias (i)	1.638.369
	<u>5.389.168</u>

(i) Os saldos vencidos encontram-se em negociação com os prestadores de serviços médicos, conforme nota explicativa 1.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2019			2018		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Leasing -8729395	20,67% a.a.	2020	240.409	-	240.409	320.545	240.409	560.954
Leasing - 8741719	23,40% a.a.	2021	370.058	30.837	400.895	370.059	400.896	770.955
Capital Giro CEF	19,56%a. a	08/2027	-	-	-	9.614.180	74.509.898	84.124.078
Capital de Giro Bradesco	10,03% a.a.	12/2029	8.671.162	78.040.460	86.711.622	-	-	-
(-) Juros a apropriar			(5.303.034)	(26.158.819)	(31.461.853)	(7.622.989)	(34.549.985)	(42.172.974)
			3.978.595	51.912.478	55.891.073	2.681.795	40.601.218	43.283.013

As garantias são alienação fiduciária de bens móveis e cessão de direitos SUS.

Movimentação:

	2.019	2018
Saldo Inicial	43.283.015	43.768.831
Captações	55.000.000	-
Juros Passivos	324.228	399.000
Pagamentos de principal	(42.716.171)	(844.818)
Saldo final	55.891.073	43.283.013

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Obrigações Trabalhistas

	2019			2018		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Salários a pagar	2.187.853	-	2.187.853	2.132.975	-	2.132.975
Rescisões a pagar	357.618	-	357.618	149.518	-	149.518
Pensão alimentícia a pagar	1.504	-	1.504	8.736	-	8.736
Empréstimos consignados	116.389	-	116.389	133.189	-	133.189
Benefícios a empregados	436.596	-	436.596	388.602	-	388.602
INSS a recolher	413.745	-	413.596	388.660	-	388.660
FGTS a recolher	378.950	-	378.950	340.491	-	340.491
IRRF a recolher	415.687	-	415.687	320.699	-	420.697
Impostos retidos	188.503	-	188.503	190.649	-	190.649
ISS a recolher	718	-	718	1.377	-	1.377
Encargos e contribuições parcelados (i)	159.096	1.441.470	1.600.565	159.096	1.604.877	1.773.973
	4.656.659	1.441.470	6.097.979	4.213.992	1.604.877	5.928.867

(i) Refere-se aos parcelamentos: PGFN PERT, adesão em 13/11/2017 total de parcelas 147 pagas 26 restantes 121; Previdenciário com adesão em 13/11/2017 total de parcelas 146 pagas 25 restantes 121, e Parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB) adesão em 13/11/2017 total de parcelas 146, pagas 25 restantes em 121.

15 Outras obrigações

	2019			2018		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		Circulante	Total		Circulante	Total
Prestações de serviços - Hosp. Ensino	519.300	-	519.300	396.312	-	396.312
Processos judiciais a pagar (i)	1.428.885	-	1.428.885	506.912	-	506.912
Cheques compensar	19.594	-	19.594	12.725	-	12.725
Adiantamentos (ii)	2.272.955	-	2.272.955	2.006.024	-	2.006.024
Obrigações diversas (iii)	6.865	11.346.707	11.353.572	459	10.428.295	10.428.754
	4.247.599	11.346.707	15.594.306	2.922.432	10.428.295	13.350.727

- (i) Trata-se de processos cíveis e trabalhistas negociados para pagamento parcelado.
- (ii) Trata-se de antecipações de pacientes e operadoras de planos de assistência à saúde sobre procedimentos médicos e hospitalares prestados.
- (iii) Compõe o saldo do não circulante, o montante de R\$ 4.147.660 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.229.248 em 2018) de honorários e serviços médicos a pagar e o montante de R\$

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

7.199.046 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referente à atualização monetária de títulos a receber da Prefeitura Municipal de São Carlos Estes valores fazem parte do processo n. 0016835-68.2010.8.26.0566, onde a Santa Casa aciona judicialmente a PMSC. A contrapartida está registrada no ativo não circulante, no mesmo montante.

16 Subvenções a Realizar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Subvenção estadual a realizar</u>		
Subvenção Estadual - convênio nº 329/2016	996.923	996.923
Subvenção Estadual - convênio nº 305/2016	630.299	630.299
Subvenção Estadual - convênio nº 564/2016	109.904	1.653.001
Subvenção Estadual - convênio nº 620/2016	191.621	11.430.585
Subvenção Reforma SMU	1.191	1.191
Subvenção Emenda - Dep. Rodrigo Moraes	(79)	(79)
Subvenção Emenda - Dep. Roberto Massafera	209.388	204.913
Subvenção Emenda - Dep. Reinaldo Alguz	98.883	-
<u>Subvenção federal a realizar</u>		
Convênio 850999/2017	(1.984)	-
Convênio 850907/2017	356	-
Convênio 870065/2018	233.651	-
Convênio 872101/2018	16.616	-
Convênio 801262/2014 - SICONV	-	99.031
Convênio 837328/2014 - SICONV	160.345	155.978
<u>Subvenção municipal a realizar</u>		
Prefeitura Municipal de São Carlos Conv.2018	33.014	251.412
Prefeitura Municipal de São Carlos Conv.2019	793.977	-
	<u>3.474.105</u>	<u>15.423.254</u>

Os recursos financeiros destinados ao custeio e investimentos assinados entre a Entidade e os Órgãos Governamentais estão provisionados nesta rubrica. Os valores recebidos através destes convênios são devidamente aplicados de acordo com o objeto do mesmo, são realizadas as prestações de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, em atendimento a IN 001/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. São reconhecidos no resultado do exercício, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisão para ações judiciais

A Entidade é parte envolvida, em ações trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável e possível os riscos de perdas nas demandas. A Administração da Entidade, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas Provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para processos cível	<u>3.422.307</u>	<u>2.281.200</u>

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

18 Passivos contingentes

A Entidade discute ações cíveis indenizatórias e trabalhistas, no montante de R\$ 9.695.324, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2019 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual não é provável. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelas dotações iniciais, acréscidos ou diminuída dos superávits e déficits acumulados, após aprovações, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

b Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

Registrado com base em laudo técnico de peritos independentes, refere-se à atribuição de novo valor para bens do ativo imobilizado. A realização (basicamente depreciação do ativo avaliado) está sendo registrada diretamente em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

c Déficit acumulado

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social. Em 2019, o déficit montava em R\$ 17.155.982, em 2018 foi de R\$ 7.880.858.

20 Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de recuperações	905.508	1.836.912
Receitas operacionais diversas	2.481	8.438
Receitas de arrendamento e aluguel	4.680.186	4.600.025
Receita de terceiros	3.425.329	2.730.934
Outras receitas	367.320	848.319
Receitas de processos judiciais	15.189	-
Receitas de exercícios anteriores	-	155.215
	<u>9.396.013</u>	<u>10.179.843</u>

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Custos com medicamentos e serviços médicos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários e serviços médicos	(50.033.717)	(50.356.763)
Materiais e medicamentos	(28.499.885)	(24.432.041)
	<u>(78.533.602)</u>	<u>(74.788.804)</u>

22 Despesas com pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	(33.612.769)	(32.279.478)
Décimo terceiro	(3.126.800)	(2.945.599)
Férias	(4.318.877)	(4.532.439)
Indenizações trabalhistas	(260.032)	(195.228)
Benefícios	(2.267.904)	(2.086.506)
FGTS	(3.713.467)	(4.115.675)
Transporte	(320.613)	(198.552)
Instrução e treinamentos	(38.196)	(109.780)
Outras	(160.465)	(33.936)
	<u>(47.819.123)</u>	<u>(46.497.193)</u>

23 Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários advocatícios	(41.934)	(39.600)
Honorários de auditoria	(1.594)	(19.125)
Honorários de consultoria	(1.781.608)	(1.345.957)
Fretes e carretos	(21.087)	(17.520)
Serviços de terceiros	(825.022)	(799.868)
Aluguéis	(1.225.298)	(601.640)
Manutenção e consertos	(1.040.044)	(1.043.569)
Água, luz e energia	(1.880.651)	(1.744.596)
Limpeza	(1.851.820)	(1.843.839)
Combustíveis e lubrificantes	(32.145)	(29.290)
Material de expediente	(876.032)	(897.975)
Seguros	(53.133)	(31.518)
Locomoção	(79.350)	(131.063)
Comunicação	(181.022)	(168.889)
Propaganda e brindes	(168.914)	(112.296)
Impostos e taxas	(21.162)	(21.374)
Provisão para contingências	(4.334.625)	(1.040.398)
Outras despesas administrativas	(31.020)	(13.358)
Patrimoniais	(42.825)	(259.080)
	<u>(14.489.286)</u>	<u>(10.160.955)</u>

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Receitas com descontos obtidos	213.741	614.341
Receitas com rendimentos	174.486	491.708
Receitas com juros recebidos	10.921	22.148
Receitas com juros	9.006	6.367
	<u>408.154</u>	<u>1.134.564</u>
Despesas financeiras		
Despesas com empréstimos	(11.924.561)	(8.374.561)
Taxas e contribuições	(106.736)	(107.888)
Descontos concedidos	(186.917)	(211.228)
Outras despesas financeiras	(143.999)	(219.284)
	<u>(12.362.213)</u>	<u>(8.912.961)</u>
	<u>(11.954.059)</u>	<u>(7.778.397)</u>

25 Limites de gratuidade

Sistema único de saúde

A Entidade mantém convênio com o Sistema Único de Saúde para atendimentos hospitalares, internações, atendimentos ambulatoriais e de diagnóstico - aos beneficiários do SUS. A Entidade no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei 12.101/2009, e seus respectivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2019, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado.

Cálculo do total de pacientes dia e apurações dos percentuais:

		<u>2019</u>		<u>2018</u>
Qtde Pacientes dia – SUS	89%	58	66%	53
Qtde Pacientes dia - Não SUS	11%	7	34%	27
	100%	<u>65</u>	100%	<u>80</u>

Se a entidade atingir o percentual mínimo de 60% da prestação de serviços SUS por meio das internações hospitalares, considera-se o requisito cumprido.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do total de atendimentos e apuração dos percentuais:

		<u>2019</u>		<u>2018</u>
Qtde Atendimentos/Procedimentos - SUS	91%	438.316	75%	391.349
Qtde Atendimentos/Procedimentos - Não SUS	9%	45.808	25%	132.478
		<u>484.124</u>		<u>523.827</u>

Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados à prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%.

Apuração do percentual a ser adicionado em decorrência das ações prioritárias desenvolvidas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atendimento obstétrica e neonatal	1,50%	1,50%
Atenção oncológica	1,50%	1,50%
Atenção às urgências e emergências	1,50%	1,50%
Atendimentos aos usuários de álcool, crack e outras drogas	0,00%	0,00%
Hospital de ensino	0,00%	0,00%
Percentual total	<u>4,50%</u>	<u>4,50%</u>

As ações prioritárias são consideradas no cálculo dos serviços prestados ao SUS quando ocorre a adesão do município às Redes de Atenção à Saúde. As ações desenvolvidas pelas entidades devem estar formalizadas em instrumento contratual.

Total dos percentuais de serviços prestados ao SUS:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Percentual paciente/dia – SUS	88,64%	66,00%
Atendimentos/Procedimentos ambulatoriais –SUS	10,00%	10,00%
Percentual de ações prioritárias	-	4,50%
Total percentual de serviços prestado ao SUS	<u>98,64%</u>	<u>81,50%</u>

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2019 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo atendido em 2019, o percentual de 98,64% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Benefício tributário auferido

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998 e alterações são demonstrados os valores relativos às isenções da Quota Patronal-INSS:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Quota Patronal – INSS	12.319.459	11.282.658
COFINS	2.973.631	2.851.832
Total das isenções usufruídas	<u>15.293.090</u>	<u>14.134.490</u>

27 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Composição dos órgãos de administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – constituído de 20 mesários, eleitos por dois anos, admitidas reeleições através de Assembleias Gerais dentre os membros contribuintes, composta de um Provedor; 1º e 2º provedores; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiros. Tem as seguintes atribuições: dirigir a Irmandade; decidir sobre o planejamento de todos os departamentos cujos encarregados serão responsáveis pelos atos perante a mesa administrativa; resolver sobre a admissão e exclusão de Irmãos; autorizar compra de imóveis; autorizar alienação e hipoteca de imóveis; entre outras atribuições estatutárias.

Conselho Fiscal – tem como atribuições examinar, anualmente, as contas e os relatórios da Mesa Administrativa informações sobre qualquer assunto de interesse da Entidade; entre outras atribuições estatutárias. Tem mandato de dois anos, admitida a reeleição. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

30 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando o Parecer Técnico nº 924/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.179771/2018-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 1.731, de 31 de outubro de 2018 deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma


31 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

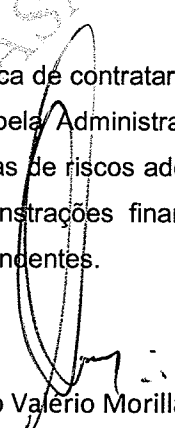
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

32 Cobertura de seguro

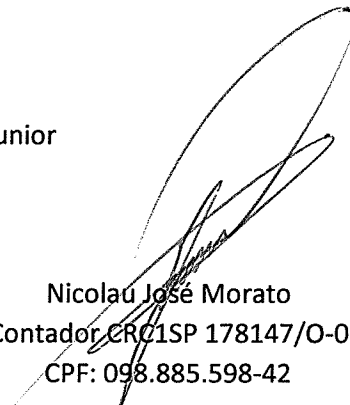
A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Luiz Carlos Trevellin
Tesoureiro
CPF: 020.113.868-96



Dr. Antônio Valério Morillas Junior
Provedor
CPF: 627.922.968-87



Nicolau José Morato
Contador CRC1SP 178147/O-0
CPF: 098.885.598-42

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas ao exercício findo em 31/12/2019, concluiu, com base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes MRZ&NOVEAUD AUDITORES E CONSULTORES, emitido em 16/03/2020, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira, contábil, fiscal e patrimonial da Entidade e, por seus membros abaixo assinados, merecem que o citado documento seja submetido à aprovação, **porém recomendamos atenção especial a “Ênfase, incerteza relevante relacionada a continuidade operacional” citada pela Auditoria Independente.**

São Carlos – SP – 16 de março de 2020.



Luiz Carlos Taboga

CPF.128.619.318-41
RG.17.727.126-7
Conselheiro



Fernando Rossi

CPF. 059.556.288-43
RG.13.591.537
Conselheiro



**Ângelo Aparecido Carlos
R Asenha**

CPF. 605.385.978-87
RG.5.393.606-0
Conselheiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos
São Carlos SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos* (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos* em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Entidade apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 3.122.376 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.293.431 em 2018), déficit no exercício de 2019 no montante de R\$ 17.155.982 (R\$ R\$ 7.880858 em 2018). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Os

planos da administração da Entidade, que incluem dentre outras, a renegociação com fornecedores e instituições financeiras, estão descritos na mesma Nota Explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos do exercício anterior

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório sem ressalva, datado de 11 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 13 de março de 2020.



Inoveaud Auditores Independentes

CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes

Contador CRC 1SP186234/O-2